

RECURSO ESPECIAL Nº 1.759.474 - RJ (2018/0202140-1)

RELATORA : MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
RECORRENTE : SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO SAAE
ADVOGADO : ANTAR OSSIAN MANOEL DE NADER E OUTRO(S) - RJ031917
RECORRIDO : ADRIANA PIMENTEL DE OLIVEIRA MATIAS
ADVOGADOS : GILVAN PEREIRA DA SILVA - RJ154622
SAULO NOGUEIRA HERMOSILLA DE ALMEIDA - RJ157249

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto pela SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE, com base no art. 105, III, **a** e **c**, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO, COM PEDIDO DE REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS. SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE VOLTA REDONDA — SAAENR. PRESTAÇÃO PARCIAL DO SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA NA FORMA DO ART. 285-A DO CPC. IRRESIGNAÇÃO DO AUTOR.

1 - Relação de consumo entabulada entre as partes, sendo certo que cabe à concessionária, nos termos do artigo 22 do Código de Defesa do Consumidor, a prestação adequada, eficiente e contínua do serviço essencial.

2 - Serviço de tratamento de esgoto sanitário cobrado sem a efetiva contraprestação.

3 - No caso em tela, a ausência de tratamento dos resíduos coletados na região em que reside a autora não foi negada pela ré, restando incontestado o fato de que os dejetos são lançados sem qualquer tratamento na natureza.

4 - A legitimidade da cobrança efetuada depende da existência de contraprestação por parte da ré, o que não ocorre. Portanto, a inexistência do serviço libera a autora do pagamento da tarifa, possibilitando a repetição dos valores indevidamente despendidos.

5 - Restituição do indébito, na forma simples, em razão da inexistência de má-fé.

6 - Dano moral não configurado (Súmula 75 do TJRJ).

7 - Parcial provimento do recurso" (fls. 86/87e).

A recorrente sustenta, nas razões de seu Recurso Especial, além de divergência jurisprudencial, ofensa ao art. 9º do Decreto 7.217/2010, ao argumento de que "levou-se ao oblívio que o Superior Tribunal de Justiça atribuiu o rito repetitivo para

os REspS onde discutida a matéria: legalidade da cobrança de tarifa de esgoto quando prestada as atividades de coleta e transporte" (fl. 98e).

Requer, ao final, o provimento do recurso.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 151/154e).

A pretensão merece acolhimento.

O acórdão recorrido está em dissonância com o entendimento firmado pela Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.339.313/RJ, de relatoria do eminente Ministro BENEDITO GONÇALVES, sujeito ao procedimento do art. 543-C do CPC/73, no sentido de que "a legislação que rege a matéria dá suporte para a cobrança da tarifa de esgoto mesmo ausente o tratamento final dos dejetos, principalmente porque não estabelece que o serviço público de esgotamento sanitário somente existirá quando todas as etapas forem efetivadas, tampouco proíbe a cobrança da tarifa pela prestação de uma só ou de algumas dessas atividades".

Confira-se, a propósito, a ementa do referido julgado:

"ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DOS DEJETOS. INEXISTÊNCIA DE REDE DE TRATAMENTO. TARIFA. LEGITIMIDADE DA COBRANÇA.

1. Não há violação do artigo 535 do CPC quando a Corte de origem emprega fundamentação adequada e suficiente para dirimir a controvérsia.

2. À luz do disposto no art. 3º da Lei 11.445/2007 e no art. 9º do Decreto regulamentador 7.217/2010, justifica-se a cobrança da tarifa de esgoto quando a concessionária realiza a coleta, transporte e escoamento dos dejetos, ainda que não promova o respectivo tratamento sanitário antes do deságue.

3. Tal cobrança não é afastada pelo fato de serem utilizadas as galerias de águas pluviais para a prestação do serviço, uma vez que a concessionária não só realiza a manutenção e desobstrução das ligações de esgoto que são conectadas no sistema público de esgotamento, como também trata o lodo nele gerado.

4. O tratamento final de efluentes é uma etapa posterior e complementar, de natureza sócio-ambiental, travada entre a concessionária e o Poder Público.

5. A legislação que rege a matéria dá suporte para a cobrança da tarifa de esgoto mesmo ausente o tratamento final dos dejetos, principalmente porque não estabelece que o serviço público de esgotamento sanitário somente existirá quando todas as etapas forem efetivadas, tampouco proíbe a cobrança da tarifa pela prestação de uma só ou de algumas dessas atividades. Precedentes: REsp 1.330.195/RJ, Rel. Min. Castro Meira,

Segunda Turma, DJe 04.02.2013; REsp 1.313.680/RJ, Rel. Min. Francisco Falcão, Primeira Turma, DJe 29.06.2012; e REsp 431121/SP, Rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, DJ 07/10/2002.

6. Diante do reconhecimento da legalidade da cobrança, não há o que se falar em devolução de valores pagos indevidamente, restando, portanto, prejudicada a questão atinente ao prazo prescricional aplicável as ações de repetição de indébito de tarifas de água e esgoto.

7. Recurso especial provido, para reconhecer a legalidade da cobrança da tarifa de esgotamento sanitário. Processo submetido ao regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ" (STJ, REsp 1.339.313/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 21/10/2013).

Destarte, aplica-se, ao caso, entendimento consolidado na Súmula 568/STJ, **in verbis**: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou provimento** ao Recurso Especial, para restabelecer a sentença de fls. 25/29e.

I.

Brasília (DF), 10 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES
Relatora